

Apresentação

Os textos deste *Caderno* dão continuidade dos debates do número anterior, sobre a governança urbana e a participação democrática. Lendo-os, percebemos o paradoxo presente em anos recentes na política brasileira, caracterizada pela abertura democrática (desde a década de 1980) e pelo avanço neoliberal (ao longo da década de 1990): as demandas sociais conformadas historicamente pedem maior participação popular na governança, enquanto o capital e suas representações defendem o “Estado Mínimo”, contas públicas equilibradas e menores gastos na área social.

Essa dinâmica problemática pode ser entendida em pares de opostos: local/federal, comunidade/instituição, social/empresarial, participação/centralização. Para resumi-la, podemos repetir a afirmação de Orlando Alves dos Santos Júnior, em texto publicado neste número:

Partimos da constatação de que está em andamento uma progressiva reforma nas instituições de governo local no Brasil, em razão do declínio das instituições políticas de representação e de decisão, centralizadas nas esferas de governo nacional, não mais capazes de dar resposta ao momento econômico, social e político no qual se insere nosso país.

No contexto da globalização, também as cidades (e principalmente as metrópoles) se vêem obrigadas a alcançar a “competitividade”, visando atrair investimentos e otimizar a arrecadação de recursos. De fato, conforme afirma Anete Ivo, citando Le Galés (1995):

enquanto as reformas institucionais dos anos 1980 reforçaram o poder do município, isto ocorre inversamente num contexto de declínio do poder das autoridades locais eleitas, em decorrência de um conjunto de fatores: ajuste fiscal, transferências e reformas econômicas, crescimento do poder de organizações privadas, terceirização de serviços, etc. Ou seja, a crise urbana inserida num contexto de incertezas e de reforma do Estado tem caráter deslegitimador para as autoridades locais.

Em outras palavras, trata-se de repartir democraticamente, no nível local, um poder que tem sido drasticamente diminuído. A discussão deixa de se referir unicamente a arranjos institucionais possíveis (conselhos, associações, etc.) e, como observa Anete Ivo: “A questão agora não é de crise de representação (déficit) mas de desconexão entre o aparelho da ação pública e a sociedade”.

De que maneira, portanto, a participação popular seria efetiva e eficaz, e não apenas “estética”, contribuindo para a melhoria das condições de vida das camadas populares – justamente as que foram historicamente alienadas do processo político desde os níveis locais? Esse histórico de alienação, podemos acrescentar, deixou marcas profundas, com efeitos ainda sentidos, como observam Vera Chaia e Silvana Tótoro:

O que prevalece na mentalidade da maioria do povo brasileiro é a idéia de que o Estado resolve todos os problemas, atendendo os necessitados. Diante desta concepção, como implementar eficazmente a descentralização, que necessariamente envolve participação popular?

Essas são algumas das questões muito relevantes que nossos autores se propõem a discutir nos textos deste número 8.

Lúcia Bógus
Luiz Cesar de Q. Ribeiro

Nota dos organizadores

Temos a satisfação de informar a nossos leitores que, a partir deste número, os *Cadernos Metrópole* passarão a contar com a colaboração de Conselho Editorial composto pelos professores elencados abaixo, aos quais agradecemos desde já a colaboração.

Adauto Cardoso (Ippur/UFRJ), Alfonso Iracheta (Col. Mexiquense-México), Andrea Catenazzi (Instituto del Conurbano, UNGS-Argentina), Carlos de Mattos (PUC-Chile), Fany Davidovich (Ippur/UFRJ), Luciana C. Lago (Ippur/UFRJ), Luis Antonio Machado (Iuperj e IFCS/UFRJ), Maria do Livramento Clementino (UFRN), Orlando Alves S. Junior (Fase), Rosa Moura (Ipardes/PR), Rosana Baeninger (Nepo/Unicamp), Sérgio de Azevedo (PUC/MG e UENF), Suzana Pasternak (FAU/USP), Vera Chaia (PUC/SP).